

PÁGINA DA EDUCAÇÃO

INFORMATIVO SEMANAL DA APP-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ

APP-Sindicato: Av. Iguacu, 880 - Rebouças - Curitiba - Paraná - CEP 80.230-020 - Fone: (41) 3206-9822 / Fax: (41) 3222-5261 | Site: www.appsindicato.org.br | Facebook: @appsindicato • Presidenta: Walkiria Olegário Mazeto
Secretário de Comunicação: Daniel Nascimento Matoso | Secretária Executiva de Comunicação: Cláudia Gruber | Chefe de Redação: Gelinton Cruz (MTb 8027-PR) | Jornalistas: Fabiane Burmester (DRT 4305-PR), João Paulo Nunes Vieira (DRT 11792-PR) e Luis Lomba (99667/92 - RJ). Diagramador: Rodrigo A. Romani (DRT 7756-PR) | Assistente Técnico: Luan P. R. de Souza.

Nº 1444

23 de julho de 2025

Plataformas digitais custam caro e não melhoram o aprendizado dos(as) estudantes, conclui pesquisa

Estudo analisou a efetividade dos aplicativos impostos na rede estadual paulista, que tem como gestor da educação o empresário Renato Feder, o mesmo que usou o Paraná como laboratório desta política

Os gastos milionários com plataformas digitais não tiveram qualquer benefício para o aprendizado dos(as) estudantes da rede pública estadual de São Paulo. É o que aponta a pesquisa Plataformização e Controle do Trabalho Escolar na Rede Estadual Paulista.

O estudo, feito em conjunto pelo Grupo Escola Pública e Democracia e pela Rede Escola Pública e Universidade, analisou a efetividade dos aplicativos impostos na rede estadual paulista, que tem como gestor da educação o empresário Renato Feder, o mesmo que usou o Paraná como laboratório desta política.

Cruzando os dados dos desempenhos das escolas no Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) com os de adesão às plataformas, os(as) pesquisadores(as) perceberam que não há relação causal entre eles. Independentemente de uso maior ou menor das plataformas, a proporção entre escolas com resultados positivos, negativos ou neutros no Saresp 2024 segue inalterada em relação a 2023.

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo gastou em 2024 exatos R\$ 471.073.439,94 para adquirir plataformas digitais, que passaram a ser obrigatórias naquele ano. A justificativa foi que de melhorariam o aprendizado dos(as) estudantes, mas não foi o que aconteceu.

“Podemos concluir, portanto, que, ao mesmo tempo em que a Seduc-SP estabelece e monitora, bimestre a bimestre, uma enorme variedade de metas para as escolas estaduais, não se identificou qualquer efeito benéfico do uso das plataformas nos resultados das escolas estaduais no Saresp”, registra a pesquisa.

Má qualidade das ferramentas - A nota técnica divulgada pelos(as) pesquisadores(as) cita o secretário da Educação de São Paulo, Renato Feder, que antes ocupou o mesmo cargo no Paraná e iniciou aqui a imposição das plataformas. “A conclusão lógica da análise sistemática desses dados é a ineefetividade pedagógica do uso das plataformas ou, na linguagem do secretário da educação, a má qualidade das “ferramentas” oferecidas pela Seduc-SP”.



Estudo constatou também que a imposição das plataformas têm gerado desinteresse e cansaço nos(as) estudantes

A pesquisa constatou a “correlação estatística fraca” entre o uso das plataformas e os resultados das escolas estaduais no Saresp. Entre as escolas que registraram melhoria, há aproximadamente o mesmo número de estudantes com índice de uso das plataformas baixo (334.522 alunos) e alto (321.824): “Escolas que melhoraram os seus resultados no Saresp entre 2023 e 2024 aparecem tanto entre aquelas que mais utilizam as ferramentas digitais oferecidas pela Seduc-SP, quanto entre aquelas que menos utilizam as plataformas”.

“O gráfico indica a ocorrência, de maneira bastante frequente, de escolas estaduais com melhora no Saresp e índices mais baixos de uso das plataformas, bem como escolas com piora no Saresp e maiores índices de uso das plataformas – demonstrando, nestes casos, uma correlação negativa entre o uso das plataformas e a melhora do desempenho no Saresp. De maneira geral, é possível afirmar que o uso das plataformas não tem relação com a melhora ou piora da nota no Saresp”, constatam os(as) pesquisadores(as).

O estudo constatou também que a imposição do uso das plataformas tem produzido desinteresse e cansaço nos(as) estudantes obrigados a utilizá-las. “A Seduc-SP submete as comunidades escolares ao ritmo, à forma e ao conteúdo das ferramentas digitais. Não são as plataformas que estão a serviço das escolas; as escolas é que estão a serviço das plataformas”, concluem os(as) pesquisadores(as).

A conclusão da pesquisa é que a política de plataformação na rede estadual paulista amplia a sobrecarga de trabalho, prejudica a autonomia dos(as) profissionais da educação e apresenta retornos insatisfatórios em termos de melhoria de aprendizagem.

Novo material da CNTE pauta luta pelo piso salarial dos(as) funcionários(as) de escola

Para atualizar e ampliar o debate sobre as condições de trabalho e direitos dos(as) funcionários(as) de escola, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) lançou a cartilha “Valorização dos profissionais da educação: concurso, piso e carreira andam juntos”. Um dos pontos enfatizados no material é a luta pelo piso salarial. Esse tema, inclusive, é o motivo de um ato nacional marcado para o dia 6 de agosto, em Brasília, e que contará com representantes da APP-Sindicato.

A cartilha discute desafios atuais, como os riscos das terceirizações na educação pública, a defesa da valorização de funcionários(as) de escola e professores(as), as diretrizes do Sistema Nacional de Educação (SNE) e as garantias constitucionais.

Segundo o secretário executivo da CNTE, Valdivino Moraes, o momento é desafiador, mas a Confederação continua ativa na luta por melhores condições para os funcionários de escola. “Nossa luta é pela formulação das carreiras a partir do piso salarial. Valorização significa formação, ingresso através de carreiras e piso salarial profissional. Isso é um tripé que precisa avançar”, explica.

PLEBISCITO POPULAR
POR UM BRASIL MAIS JUSTO
VOTE AQUI
PLEBISCITO POPULAR 2025



URNA: 9366SZ4485
APP-SINDICATO